INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

José Renato Rocco Roland Gomes¹

Sumário: 1 – Introdução; 2 – Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas; 2.1 – Cabimento, requisitos, endereçamento e legitimidade; 2.2 – Desistência do incidente; 2.3 – Competência para julgamento; 2.4 – Juízo de admissibilidade; 2.5 – Juízo de mérito – suspensão dos processos e da prescrição; 2.6 – Processamento do incidente – diligências; 2.7 – Do julgamento do incidente – eficácia da decisão; 2.8 – Da revisão da tese; 2.9 – Dos recursos cabíveis; 3 – Conclusão; Referências bibliográficas.

Resumo

O presente trabalho analisa o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Em uma abordagem inicial serão verificados os pontos fundamentais que permeiam o tema, por meio de uma incursão pela doutrina e também pela jurisprudência dos tribunais e outros textos jurídicos que retratam o assunto objeto deste artigo. Com isso, pretende-se compreender o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no novo Código de Processo Civil, analisando suas espécies, classificações e consequências jurídicas, visando à demonstração de que referido instituto realiza o princípio da celeridade processual, bem como permite a defesa dos interesses transindividuais e o acesso à justiça. Para tanto, utiliza-se principalmente o método dedutivo.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil; Celeridade processual; Incidente de resolução de demandas repetitivas; Acesso à justiça.

¹ Procurador do Estado de São Paulo. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Possui especialização em Ciências Criminais, em Processo Civil e em Direito Tributário e mestrado em Direito pela UNIMEP.

1. Introdução

Na presente oportunidade pretende-se estudar o instituto do incidente de resolução de demandas repetitivas introduzido no direito pátrio pelo novo Código de Processo Civil.

Tal análise será pautada pela ótica da celeridade processual e do acesso à justiça, tendo em vista que o instituto representa uma das maiores apostas da Comissão de Juristas responsável pela redação do projeto para que se possa alcançar a tão almejada razoável duração do processo.

De igual maneira, pretende-se estudar o possível papel que o incidente de demandas repetitivas pode desempenhar levando-se em conta a proteção dos direitos transindividuais e o acesso à justiça.

Desde o início, cumpre ressaltar que, para a elaboração do presente trabalho, sobretudo para as cabíveis comparações com o novo Código de Processo Civil (texto sancionado), foram analisados o texto original apresentado ao Senado Federal pela Comissão de Juristas instituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 379 de 2009 (destinada a elaborar Anteprojeto de Novo Código de Processo Civil), as alterações realizadas pelo Senado Federal no Projeto de Lei nº 166/10, bem como as alterações propostas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 8.046/10.

2. Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas

Em primeiro lugar convém notar que muitos juristas consideram que a alteração mais importante no novo Código de Processo Civil é justamente a previsão do incidente de resolução de demandas repetitivas:

Dentre as inúmeras modificações trazidas pelo NCPC, uma delas ganha notável destaque e tem chamado atenção dos operadores do Direito, por significar a mais efetiva e importante mudança para o processo brasileiro. Trata-se da criação do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), regulamentado pelos arts. 976 a 987.²

O incidente pode ser assim definido, nas palavras de Dantas³:

É possível conceituar o IRDR como o incidente processual instaurado para, mediante julgamento único e vinculante, assegurar interpretação isonômica a questão jurídica controvertida em demandas repetitivas que busquem tutela jurisdicional a interesses individuais homogêneos. [...] O IRDR, como o pró-

2 OLIVEIRA, Guilherme J. Braz de. Técnicas de uniformização da jurisprudência e o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista do Advogado*. São Paulo: AASP, ano XXXV, n. 126, p. 107, maio 2015.

3 DANTAS, 2015, p. 2.179; 2.183.

prio nome sugere, possui natureza jurídica de incidente processual *sui generis*. Não dá azo, portanto, à instauração de uma nova relação processual, com todas as consequências que disto advém. [...] Incidentes processuais, de modo geral, são fenômenos jurídico-processuais que ocorrem em momento diferenciado na marcha do processo, designados a auxiliar o seu devido trânsito, aprimorando o resultado final na aplicação do método. [...] Portanto, observando a autonomia estrutural existente no incidente processual, mas devido a sua vinculação funcional ao processo principal, deve-se afirmar que no IRDR não serão devidas custas processuais ou honorários advocatícios, na medida em que esse pagamento deverá ser exigido em cada um dos processos individuais.

Como bem apontado, o incidente de resolução de demandas repetitivas tem natureza jurídica de incidente processual *sui generis*, uma vez que, assim como os incidentes, trata-se de fenômeno jurídico-processual que ocorre durante o andamento do processo, sempre vinculado a este, tendente à solução de questão secundária, que deve ser resolvida antes da causa principal.

É justamente o objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas que faz com que tenha natureza de incidente processual *sui generis*, uma vez que ele resolve o próprio mérito da causa, e não questão secundária que deva ser analisada antes do pedido principal.

No mais, como o incidente de resolução de demandas repetitivas depende da existência de outros processos, pode-se afirmar que não tem natureza de ação autônoma, posto que não enseja a instauração de uma nova relação processual.

O procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas está previsto nos artigos 976 a 987 do novo Código de Processo Civil. Este estava anteriormente previsto nos artigos 988 a 1.000 do Projeto de Lei nº 166/10 do Senado Federal, encaminhado à Câmara dos Deputados, onde recebeu o nº 8.046/10.

Contudo, antes mesmo de iniciar a análise do incidente em questão, vale destacar que havia na Câmara dos Deputados uma emenda apresentada pelo Deputado Júnior Coimbra que visava a suprimir o incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. Referida emenda recebeu o número 392/2011.

Feita essa ressalva, passa-se a examinar o procedimento do incidente.

2.1. Cabimento, requisitos, endereçamento e legitimidade

Os artigos 976 e 977 do novo Código de Processo Civil fixam as regras de cabimento, requisitos, endereçamento e legitimidade do incidente. Essas regras eram, anteriormente, ditadas pelo artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil.

Referidos dispositivos admitem a apresentação do incidente quando preenchidos os seguintes requisitos, simultaneamente: a) efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito (artigo 976, inciso I); b) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (artigo 976, inciso II).

No projeto de Código de Processo Civil, cuja redação não restou aprovada, os requisitos eram diversos. O artigo 988 admitia a apresentação do incidente quando preenchidos os seguintes requisitos: a) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (artigo 988, *caput*); b) efetiva ou potencial repetição de processos (artigo 988, *caput*); c) controvérsia sobre mesma questão de direito material ou processual (artigo 988, *caput*) ou existência de decisões conflitantes sobre mesma questão de fato (artigo 988, § 9º); d) pendência de qualquer processo de competência do tribunal no qual o incidente será distribuído (artigo 988, § 2º).

Vale destacar nesse momento o Enunciado nº 87 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, segundo o qual a instauração do incidente não dependeria da existência de grande quantidade de demandas em curso. Confira-se: “a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas não pressupõe a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão, mas preponderantemente o risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica”.⁴

Note-se que o novo Código de Processo Civil não é expreso a apontar a possibilidade de instauração do presente incidente em função da existência de decisões conflitantes sobre a mesma questão de fato.

Todavia, os fatos não podem ser ignorados. Confira-se, nesse sentido, as lições da doutrina ao tratar do incidente de resolução de demandas repetitivas:

Também, *a priori*, restringiu-se o seu cabimento para as questões de cunho exclusivamente jurídico, excluindo-se as questões fáticas, embora, segundo se entende, os fatos devam ser necessariamente considerados no julgamento, de modo a bem definir qual o objeto do incidente, ou, em termos práticos, o que o tribunal está, efetivamente, julgando, até para viabilizar a aplicação deste precedente aos demais processos sobrestados, que guardem similitude, ou para demandas futuras.⁵

Com relação ao cabimento do incidente de resolução de demandas repetitivas assim se manifestaram Wambier, Didier Jr., Talamini e Dantas⁶: “O IRDR será cabível sempre que identificada efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, desde que isso esteja a acarretar risco presente de ofensa à isonomia e à segurança jurídica”.

4 ENUNCIADOS..., 2015.

5 OLIVEIRA, 2015, p. 111.

6 WAMBIER; DIDIER JR.; TALAMINI; DANTAS, 2015, p. 2.180.

Importa ressaltar ainda que, nos termos do parágrafo único do artigo 977 do novo Código de Processo Civil, o ofício ou a petição que inaugura o incidente será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente. Assim sendo, caberá ao requerente provar, por documentos, a existência dos requisitos (norma semelhante no § 4º do artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil).

Caso o incidente não seja admitido por ausência dos pressupostos de admissibilidade, será possível suscitá-lo novamente desde que se comprove a ocorrência do requisito antes considerado ausente (artigo 976, § 3º, do novo Código de Processo Civil e artigo 988, § 7º, do projeto de Código de Processo Civil).

Sobre a possibilidade de renovação do pedido, frise-se o posicionamento de Wambier, Didier Jr., Talamini e Dantas⁷:

No juízo de admissibilidade do IRDR exige-se a verificação da identidade da questão unicamente de direito controvertida nos processos, a efetiva repetição de processos e o risco de que essa situação constitua ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Deve-se considerar, entretanto, a possibilidade de um destes pressupostos não estarem evidentes em um determinado momento, sendo que isso não significa que este cenário não possa se alterar. Portanto, se o pressuposto de admissibilidade não identificado torna-se mais evidente no futuro, o IRDR poderá novamente ser suscitado e admitido, momento no qual deverá ser demonstrada alteração fática ou outra argumentação suficiente para ensejar a instauração e admissibilidade de IRDR. Não há que se falar em preclusão ou coisa julgada do acórdão que inadmitiu a instauração do incidente.

No mais, não se admitirá o incidente quando um dos tribunais superiores estiver analisando recurso no qual se definirá a tese sobre a questão de direito material ou processual repetitiva (artigo 976, § 4º, do novo Código de Processo Civil e artigo 988, § 8º, do projeto de Código de Processo Civil).

No mesmo diapasão, o entendimento de Wambier, Didier Jr., Talamini e Dantas⁸:

Tendo em vista a multiplicidade de processos (demandas e recursos) que podem tratar de questões de direito idênticas, o legislador entendeu adequado obstar a instauração de IRDR nos casos em que a questão de direito que possivelmente seria objeto do incidente seja a mesma debatida em recurso extraordinário ou recurso especial repetitivo. O marco temporal para a inadmissibilidade do IRDR sob essa justificativa é a afetação do recurso-piloto pelo relator no STJ ou no STF, ou seja, o momento em que o tribunal superior identificar um recurso como paradigma e deflagrar a técnica de julgamento prevista no art. 1.037.

7 WAMBIER; DIDIER JR.; TALAMINI; DANTAS, 2015, p. 2182.

8 WAMBIER; DIDIER JR.; TALAMINI; DANTAS, 2015, p. 2.183.

O pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas deverá ser endereçado ao Presidente do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal (artigo 977, *caput*, do novo Código de Processo Civil e artigo 988, §§ 1º e 3º, do projeto de Código de Processo Civil). Tal pleito poderá ser veiculado por ofício ou por petição, a depender de quem for o requerente (incisos I, II e III do artigo 977 do novo Código de Processo Civil e incisos I e II do § 3º do artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil).

São legitimados para propor a instauração do incidente (artigo 977 do novo Código de Processo Civil): a) o juiz ou relator; b) as partes interessadas; c) o Ministério Público; d) a Defensoria Pública.

Pelo projeto de Código de Processo Civil, seriam legitimados para propor a instauração do incidente (§ 3º do artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil): a) o relator ou órgão colegiado; b) as partes interessadas; c) o Ministério Público; d) a Defensoria Pública; e) pessoa jurídica de direito público ou associação civil interessados.

Portanto, como se percebe, os entes do item “e” (pessoa jurídica de direito público ou associação civil interessados) foram excluídos do rol de legitimados na redação do novo Código de Processo Civil, bem como houve alteração quanto ao item “a” (anteriormente constava “o relator ou órgão colegiado” e a norma em vigor prevê “o juiz ou relator”).

Nesse ponto, entende-se que seria o caso de ampliar o rol de legitimados para a propositura do incidente, permitindo-se assim que todos os legitimados para o ajuizamento de ações civis públicas também pudessem iniciar o incidente de resolução de demandas repetitivas. Para tanto, seria necessária uma alteração legislativa.

Com essa mudança, poder-se-ia ampliar a discussão sobre os temas a serem definidos no incidente, de tal maneira que seria possível a obtenção de decisões mais próximas da realidade e que permitissem uma maior proteção aos direitos transindividuais.

No sentido de destacar a importância da participação de associações em demandas coletivas, pode-se destacar o pensamento de Remédio⁹:

A existência de previsão legal contemplando a legitimidade ativa das associações para a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos não é nova em nosso ordenamento jurídico. Assim: a) relativamente à ação civil pública, tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, entre outros, a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil, e inclusa, entre suas finalidades institucionais,

9 REMÉDIO, José Antonio. *Mandado de Segurança: individual e coletivo*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 753-754.

a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Lei 7.347/85, art. 5º, V) [...].

Tudo a recomendar a inclusão das associações no rol de legitimados para a instauração do incidente.

No mais, caso a iniciativa do incidente seja do juiz ou relator, o pedido deverá ser elaborado por meio de ofício. Já se a iniciativa for dos demais legitimados, será veiculada por petição (incisos I, II e III do artigo 977 do novo Código de Processo Civil e incisos I e II do § 3º do artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil).

Com relação à legitimidade, interessa destacar o entendimento de Cunha¹⁰, segundo o qual a legitimidade do Ministério Público relaciona-se com a legitimidade para a propositura de ação civil pública.

Já a legitimidade da Defensoria Pública dependeria da existência de interesse de pessoas necessitadas.

Por fim, a legitimidade dos demais estaria relacionada com a pertinência subjetiva da parte com a causa. Confira-se:

Assim, não é qualquer um que pode suscitar o mencionado incidente. Para poder suscitá-lo, é preciso ser parte numa demanda que verse sobre tema que repercute para diversas outras causas repetitivas. Deve, enfim, haver pertinência subjetiva da parte com a tese jurídica a ser fixada pelo tribunal. [...] A legitimidade do Ministério Público, para suscitar o referido incidente, relaciona-se com sua legitimidade para a propositura de ação civil pública. É inegável que o Ministério Público dispõe de legitimação para intentar ação civil pública em defesa de direitos difusos e coletivos. [...] Tudo leva a crer que a possibilidade conferida à Defensoria Pública de suscitar o incidente de resolução de causas repetitivas constitui mais uma hipótese de função típica que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico, havendo necessidade de o caso envolver interesses de necessitados ou versar sobre tema que a eles esteja relacionado.¹¹

As partes dos outros processos em que se discute a mesma tese do incidente poderão nele intervir na condição de assistente litisconsorcial. Essa regra era expressa no código projetado (artigo 124), contudo, não foi repetida no Código de Processo Civil. Não obstante a ausência de previsão expressa, a intervenção dos colegitimados pode se dar por meio da assistência litisconsorcial¹².

10 CUNHA, 2011.

11 CUNHA, 2011. p. 264; 266.

12 "Art. 124. Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente toda vez que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido. Parágrafo único. A intervenção do colegitimado dar-se-á na qua-

Nesse ponto, ainda vale destacar que tramitava na Câmara dos Deputados a proposta de Emenda nº 181/2011, de autoria do Deputado Bruno Araújo, que pretendia alterar a redação do *caput* do artigo 976, de tal maneira que o incidente em questão fosse repressivo e não preventivo, quer dizer, o incidente apenas seria admitido caso houvesse demandas repetitivas com decisão conflitantes.

Acredita-se que a redação que prevaleceu é mais adequada, uma vez que há possibilidade que o Poder Judiciário julgue as causas conjuntamente antes da existência de qualquer decisão conflitante. Essa situação permite que não haja qualquer dúvida com relação a qual decisão seria aplicável, bem como evita a necessidade de eventual rescisão de alguma das decisões.

Para tanto (julgamento do incidente preventivamente), por óbvio, é necessário que o tribunal permita a mais ampla discussão sobre a tese, a fim de que seja possível levar em consideração todos os pontos de vista acerca da matéria, circunstância que se mostra necessária em razão da antecipação do tribunal no julgamento da causa, evitando-se eventual falta de análise de algum posicionamento que poderia surgir caso houvesse processos repetitivos em trâmite em primeira instância. Nesse caso (discussão ampla), a preocupação com a celeridade processual daria espaço para a preocupação com a segurança jurídica e a justiça.

Frise-se que o novo Código de Processo Civil, atento a isso, prevê:

Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterá, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário.¹³

lidade de assistente litisconsorcial.” BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

13 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

Confira-se a redação da emenda em questão: “Altera a redação do *caput* do artigo 930, do PL nº 8.046, de 2010, para prever que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja repressivo, e não preventivo (Emenda 181/2011)”.¹⁴

Registre-se também o entendimento favorável à emenda em questão formulado por Cunha¹⁵:

Seria mais adequado prever o incidente quando já houvesse algumas sentenças antagônicas a respeito do assunto. Vale dizer que, para caber o incidente seria mais adequado haver, de um lado, sentenças admitindo determinada solução, havendo, por outro lado, sentenças rejeitando a mesma solução. Seria, enfim, salutar haver uma controvérsia já disseminada para que, então, fosse cabível o referido incidente. Dever-se-ia, na verdade, estabelecer como requisito para a instauração de tal incidente a existência de prévia controvérsia sobre o assunto.

A redação aprovada ainda traz maior efetividade ao Poder Judiciário, uma vez que se evita a prolação de decisões inúteis (todas as decisões conflitantes proferidas em primeiro grau de jurisdição em demandas repetitivas) por meio da elaboração de uma única decisão definitiva pelo tribunal que abarca todos os casos, desafogando o Judiciário e otimizando sua atuação.

2.2. Desistência do incidente

A desistência ou o abandono do incidente por parte do requerente não impedirá a análise do seu mérito, devendo o Ministério Público, desde que não seja o requerente, assumir a titularidade do incidente de resolução de demandas repetitivas (§§ 1º e 2º do artigo 976 do novo Código de Processo Civil e §§ 5º e 6º do artigo 988 do projeto de Código de Processo Civil).

No que atine à desistência do incidente de resolução de demandas repetitivas, observe-se o apontamento de Bueno¹⁶:

De acordo com o § 1º, a desistência ou o abandono da causa não impede o exame do mérito do incidente. Trata-se de regra similar à que é dada aos recursos extraordinários ou especiais repetitivos pelo parágrafo único do art. 998, buscando conciliar o interesse privado das partes (que desiste ou abandona a causa) e o interesse público residente na fixação de determinada tese jurídica.

14 BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Emendas ao Projeto de Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas.jsessionid=BE71B035610159801AFB9304EB3E1D23.node2?idProposicao=490267&subst=0>. Acesso em: 26 mar. 2013.

15 CUNHA, 2011, p. 262.

16 Idem, 2015, p. 614.

2.3. Competência para julgamento

A competência para julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas é, nos termos do artigo 978 do novo Código de Processo Civil, do órgão colegiado do tribunal competente.

Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.¹⁷

Pela redação do artigo 978 do novo Código de Processo Civil, entende-se que a definição do órgão colegiado competente deve ser levada a efeito pelo regimento interno dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais.

Esse, o escólio de Marinoni, Arenhart e Mitidiero¹⁸:

A competência para julgar o IRDR é sempre de um tribunal. Dentro do tribunal, caberá ao órgão indicado pelo regimento interno a fixação da competência, devendo sempre recair sobre órgão responsável pela uniformização de jurisprudência na esfera do tribunal.

Vale destacar, no entanto, que o regimento interno do tribunal apenas poderá indicar como órgão aquele que possuir, dentre suas atribuições, competência para uniformizar jurisprudência.

O projeto de Código de Processo Civil previa que o órgão competente deveria ser integrado, em sua maioria, por desembargadores que compusessem órgãos fracionários com competência para julgamento da matéria objeto do incidente (§ 2º do artigo 991) e que, quando no julgamento do incidente ocorresse a hipótese do artigo 960 do projeto, a competência seria do plenário ou do órgão especial do tribunal (§ 3º do artigo 991). Normas semelhantes não constam na redação do novo Código de Processo Civil.

2.4. Juízo de admissibilidade

Trata-se da primeira fase de julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas, sendo a segunda o julgamento do mérito como se verá a seguir. Sobre a

17 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

18 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015b, p. 915.

distinção das fases importa notar o posicionamento de Wambier, Didier Jr., Talamini e Dantas¹⁹: “O incidente possui duas fases bem delineadas – admissibilidade e mérito –, e o seu processamento e julgamento é da competência originária do tribunal estadual ou federal a que o juízo da causa seja vinculado”.

Sobre o tema em questão, importante a menção de Nery Júnior e Nery²⁰:

Cabe ao órgão colegiado competente, para o julgamento do incidente, verificar se os requisitos constantes do CPC 976 e seus parágrafos se fazem presentes. O CPC não faz menção ao cabimento de recurso contra a decisão que rejeita a instauração do incidente [...].

No juízo de admissibilidade, o tribunal deverá verificar se estão presentes os requisitos do artigo 976. Confira-se: “Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976”.²¹

Sobre o juízo de admissibilidade importa destacar o Enunciado nº 91 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “cabe ao órgão colegiado realizar o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas, sendo vedada a decisão monocrática”²².

Conforme visto anteriormente, caberá ao órgão colegiado do tribunal o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas.

2.5. Juízo de mérito – Suspensão dos processos e da prescrição

Importa destacar que, uma vez admitido o incidente, o relator deverá, na própria sessão em que se deliberar pelo seu cabimento, determinar a suspensão de todos os processos pendentes em primeiro e segundo grau de jurisdição que tratem da mesma matéria e que tramitem em sua área de competência (artigo 982, inciso I, do novo Código de Processo Civil e artigo 990, § 1º, inciso I, do projeto de Código de Processo Civil).

Referida norma também estava prevista no artigo 314 do projeto de Código de Processo Civil²³.

19 WAMBIER; DIDIER JR.; TALAMINI; DANTAS, 2015, p. 2.180.

20 NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015. p. 1.972.

21 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

22 ENUNCIADOS..., 2015.

23 “Art. 314. Suspende-se o processo: [...] IV– pela admissão de incidente de resolução de demandas repe-

No novo Código de Processo Civil verifica-se essa redação no artigo 313, *in verbis*:

Art. 313. Suspende-se o processo:

[...]

IV- pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;

[...].²⁴

O projeto de Código de Processo Civil previa que tal suspensão deveria ser informada a todos os juízes de cada comarca ou seção judiciária, mediante ofício elaborado pelo tribunal competente (§ 2º do artigo 990). No novo Código de Processo Civil consta:

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

[...]

§ 1º A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes.

[...].²⁵

Não se deve esquecer que, durante todo o prazo de suspensão dos processos, os juízes de origem poderão conceder medidas de urgência para a proteção do direito discutido (artigo 982, § 2º, do novo Código de Processo Civil e § 3º do artigo 990 do projeto de Código de Processo Civil).

Vale destacar que referida suspensão pode ser parcial, nesse sentido:

Importante lembrar que a suspensão poderá ser parcial. Imagine-se o caso de haver dois pedidos, só um deles envolvendo a tese jurídica que é objeto do incidente. O procedimento deve prosseguir para que seja decidida a outra pretensão, quando seu exame não depender da resolução da primeira. Isto significa que esta possibilidade depende do tipo de cumulação.²⁶

De acordo com o projeto de Código de Processo Civil, a prescrição das pretensões dos casos repetitivos também teria seu fluxo suspenso durante o julgamento do incidente de solução de demandas repetitivas (§ 5º do artigo 990). Todavia, o novo Código de Processo Civil não contemplou regra semelhante.

titivas; [...]” BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

24 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

25 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

26 WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*: artigo por artigo. São Paulo: RT, 2015. p. 1.406.

No entanto, em que pese a ausência de norma nesse sentido, pode-se concluir por meio de uma interpretação sistemática que há a suspensão da prescrição durante o julgamento do incidente.

A defender essa tese, pode-se mencionar o texto de Bueno²⁷:

A suspensão devia perdurar até o “trânsito em julgado do Incidente”. Instante em que os processos suspensos voltariam a tramitar normalmente. A despeito de a regra não ter sido preservada no último instante do processo legislativo, é possível chegar a ela por construção sistemática, sob pena de tornar o incidente em forma de eliminar processos, a serem fulminados pela prescrição, sem qualquer comprometimento com sua atuação prática e concreta. Mormente se o prazo a que se refere o art. 980 não for cumprido à risca.

No mesmo diapasão do Enunciado nº 206 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “a prescrição ficará suspensa até o trânsito em julgado do incidente de resolução de demandas repetitivas”²⁸.

Veja-se outra norma que constava no projeto e que não restou presente no novo Código de Processo Civil: no caso da suspensão dos processos, qualquer dos interessados poderia solicitar o prosseguimento do feito, demonstrando, para tanto, a distinção do seu processo com aquele tratado pelo tribunal e, até esse momento, tido como repetitivo (§ 4º do artigo 990). A distinção deveria ser demonstrada nos termos do § 6º do artigo 521²⁹.

Referido pedido deveria ser dirigido ao juízo onde tramitaria o processo suspenso, sendo que a decisão que analisaria tal pleito desafiaria agravo de instrumento.

Com relação à exclusão do regime de suspensão, assim entendem Marinoni, Arenhart e Mitidiero³⁰:

Determinada a suspensão dos processos envolvidos, pode surgir eventual conflito diante de algum processo específico, caso o juiz entenda que naquele processo a questão é diversa daquela submetida ao incidente de julgamento de processos repetitivos, não devendo ser suspenso; ou entendendo que o proces-

27 BUENO, 2015, p. 625.

28 ENUNCIADOS..., 2015.

29 “Artigo 521. [...] § 6º O precedente ou a jurisprudência dotados do efeito previsto nos incisos do caput deste artigo podem não ser seguidos, quando o órgão jurisdicional distinguir o caso sob julgamento, demonstrando, mediante argumentação racional e justificativa convincente, tratar-se de caso particularizado por situação fática distinta ou questão jurídica não examinada, a impor outra solução jurídica.” BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

30 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015b, p. 916-917.

so envolve a mesma questão de direito, devendo a sua tramitação ser suspensa. Embora o código não discipline especificamente esta situação, é evidente que, discordando de qualquer uma dessas decisões, o interessado poderá requerer, ao próprio juiz onde tramita a demanda (ou ao relator, se a causa já tramita perante o tribunal), seja seu prosseguimento, seja sua suspensão, conforme o caso. Dessa decisão, caberá agravo de instrumento, na forma do art. 1015, II (ou agravo interno, se a causa já está sujeita à competência do tribunal).

Chama atenção a norma prevista no artigo 982, §§ 3º, 4º e 5º (artigo 997 do projeto de Código de Processo Civil), segundo a qual o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça poderão, mediante provocação dos legitimados para a propositura do incidente (partes, Ministério Público, Defensoria Pública), determinar a suspensão de todos os processos em trâmite no Brasil que versem sobre o mesmo tema para garantir a segurança jurídica.

Referida norma é fundamental para estender os benefícios do incidente para todo o território nacional, e não apenas para o território de competência do tribunal no qual se discute a resolução das demandas repetitivas.

Contudo, para que a suspensão seja estendida para todo o território nacional será necessário que o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça reconheça que há razões de segurança jurídica (interesse social) que justifiquem a suspensão.

Dita o novo Código de Processo Civil:

Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão:

[...]

§ 4º Quando, por ocasião do processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas, o presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça receber requerimento de suspensão de processos em que se discuta questão federal constitucional ou infraconstitucional, poderá, considerando razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, estender a suspensão a todo o território nacional, até ulterior decisão do recurso extraordinário ou do recurso especial a ser interposto.³¹

Com efeito, quando, por ocasião de incidente de resolução de demandas repetitivas, o presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de

31 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

Justiça, ao receber requerimento de suspensão de processos em que se discuta questão federal, constitucional ou infraconstitucional, poderá, considerando razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, estender a eficácia da medida a todo o território nacional, até ulterior decisão do recurso extraordinário ou do recurso especial eventualmente interposto.

Não havendo a interposição do recurso extraordinário ou especial na espécie, a suspensão perderá o efeito.

2.6. Processamento do incidente – diligências

Admitido o incidente, o relator poderá requisitar informações ao juízo onde tramita o processo originário, que as deverá prestar no prazo de 15 dias improrrogavelmente. Na sequência, o Ministério Público deverá ser intimado para se manifestar no mesmo prazo (artigo 982, incisos II e III, do novo Código de Processo Civil e artigo 990, § 1º, incisos II e III, do projeto de Código de Processo Civil).

Ato contínuo, caberá ao relator ouvir as partes e todos os interessados, sendo que, por interessados, deve-se entender todas as pessoas, órgãos e entidades com interesse na solução da demanda.

Os interessados deverão se manifestar em 15 dias, requerendo, inclusive, a juntada de documentos ou a realização de diligências necessárias para a decisão da controvérsia. O Ministério Público deverá se manifestar em seguida, no mesmo prazo (artigo 983 do novo Código de Processo Civil e artigo 992 do projeto de Código de Processo Civil).

Frise-se que, conforme se depreende do § 1º do artigo 983 do novo Código de Processo Civil, para melhor instruir o incidente, poderá o relator designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria.

2.7. Do julgamento do incidente – eficácia da decisão

Finalizadas as diligências pertinentes, o relator deverá pedir data para julgamento do incidente (§ 2º do artigo 983 do novo Código de Processo Civil e artigo 993 do projeto de Código de Processo Civil).

Nessa data, o relator fará a exposição do caso, em seguida, o presidente dará a palavra ao autor e ao réu do processo originário e ao Ministério Público, sucessivamente, para sustentação oral de 30 minutos (alínea “a”, inciso II do artigo 984 do novo Código de Processo Civil e § 1º do artigo 994 do projeto

de Código de Processo Civil). No projeto havia previsão de possibilidade de prorrogação do prazo levando-se em conta o número de inscritos, faculdade não prevista no novo Código de Processo Civil.

No entender de Nery Júnior e Nery, os 30 minutos não deverão ser divididos entre o Ministério Público e as partes, cada um deve contar com esse prazo integralmente.

Deve-se entender que o prazo de 30 minutos – maior do que aquele previsto para os recursos – para as partes e para o MP, é individual, ou seja, 30 minutos para cada uma dessas pessoas. Isto porque, o § 2º especifica que os 30 minutos serão divididos entre todos os demais interessados previamente inscritos, indicando, a *contrario sensu*, que partes e MP não deverão dividir entre si o prazo de que dispõem.³²

Na sequência, a palavra será dada para os demais interessados, inscritos com dois dias de antecedência, que deverão dividir o prazo de 30 minutos; referido prazo poderá ser ampliado caso haja muitos inscritos (alínea “a” do inciso II e § 1º do artigo 984 do novo Código de Processo Civil e § 2º do artigo 994 do projeto de Código de Processo Civil).

Com relação ao julgamento do incidente, assim se manifestaram Marinoni, Arenhart e Mitidiero³³:

Na sessão designada para julgamento do incidente, após o relatório feito pelo relator, franqueia-se a palavra para o autor e o réu do processo onde foi suscitado o incidente, e posteriormente ao Ministério Público, por 30 minutos, depois, os outros interessados (art. 984, II, b, CPC) também poderão manifestar-se, também no prazo de 30 minutos, contanto que se inscrevam com dois dias de antecedência. Havendo muitos interessados, pode o colegiado ampliar o prazo para manifestação.

Como mencionado, a instauração do incidente será amplamente divulgada, mediante seu registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça (artigo 979 do novo Código de Processo Civil e artigo 989 do projeto de Código de Processo Civil).

A publicidade mostra-se fundamental para permitir que todos tomem conhecimento do incidente, fazendo com que eventuais interessados e *amici curiae* possam intervir no feito.

Ademais, os tribunais deverão manter banco de dados atualizado com as questões de direito específicas analisadas no incidente, indicando, no mínimo, os funda-

32 NERY JÚNIOR; NERY, 2015, p. 1.975.

33 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015b, p. 918.

mentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos relacionados para que seja possível identificar as causas abrangidas pelo incidente.

Vale destacar que o órgão julgador, quando da decisão do incidente, deverá enfrentar todos os fundamentos suscitados pelas partes, sejam eles contrários ou favoráveis à tese fixada. Nesse sentido, o pensamento de Marinoni, Arenhart e Mitidiero³⁴:

O julgamento do IRDR deve abranger todos os fundamentos suscitados a respeito da questão, favoráveis ou contrários à tese examinada, tenham eles sido deduzidos no processo de onde surgiu o incidente, tenham eles sido alegados por outros órgãos judiciários (art. 982, II) ou por outros interessados (art. 983, CPC).

O incidente deverá ser julgado no prazo de um ano, possuindo preferência sobre os demais feitos, salvo os processos que envolvam réus presos e os *habeas corpus*. Caso o prazo seja superado, cessará a eficácia suspensiva do incidente, exceto se houver decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

O prazo de um ano para o julgamento do incidente deve ser contado a partir da publicação do acórdão de admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas³⁵.

No projeto de Código de Processo Civil havia previsão de que referida norma também se aplicaria para a suspensão dos processos em todo o território nacional, que pode ser determinada pelos tribunais superiores.

A decisão do incidente será aplicada a todos os processos que tratem da mesma questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do tribunal (artigo 985 do novo Código de Processo Civil e artigo 995 do projeto de Código de Processo Civil), bastando executá-la.

No mais, se houver recurso (especial ou extraordinário) e a matéria for apreciada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versarem sobre a mesma matéria em todo o Brasil (artigo 987, § 2º).

A tese jurídica fixada pelo tribunal será aplicada também para os casos futuros que tratem da mesma questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal (inciso II do artigo 985 do novo Código de Processo Civil e § 1º do artigo 995 do projeto de Código de Processo Civil), bastando executar o título executivo judicial tal como ocorre nas ações coletivas.

34 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015b, p. 918.

35 WAMBIER; DIDIER JR.; TALAMINI; DANTAS, 2015, p. 2.187.

Caso o processo envolva questão relativa à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento deverá, obrigatoriamente, ser comunicado ao órgão ou à agência reguladora competente para a fiscalização do cumprimento da decisão (§ 2º do artigo 985 do novo Código de Processo Civil e § 2º do artigo 995 do projeto de Código de Processo Civil).

O projeto de Código de Processo Civil previa que, caso o incidente fosse instaurado em razão da existência de decisões conflitantes em torno de uma mesma questão de fato, sua decisão seria aplicada a todos os processos em que essa mesma questão fática fosse relevante para a solução da demanda (§ 6º do artigo 995 do projeto).

Já a redação final do Código de Processo Civil excluiu essa possibilidade, contudo, entende-se que seria importante admitir-se a instauração do incidente para evitar a existência de decisões conflitantes em torno de uma mesma questão de fato; sua decisão seria aplicada para todos os processos em que essa mesma questão fática fosse relevante para a solução da demanda. Tal previsão permitiria que, com a utilização do incidente, também os interesses individuais homogêneos fossem tutelados pelo instituto e não apenas os direitos coletivos.

Nesse momento, vale destacar também os argumentos contrários à possibilidade de instauração do incidente para a solução de conflitos decorrentes de mesma questão de fato. Em primeiro lugar, essa hipótese poderia representar uma maior demora no julgamento do incidente em decorrência da necessidade de produção de provas, não sendo aconselhável sob o prisma da celeridade processual.

No entanto, nesse embate entre celeridade e proteção dos direitos transindividuais, seria o caso de se admitir o incidente também para a proteção dos direitos individuais homogêneos, pois, mesmo que houvesse uma demora maior em seu julgamento, tal circunstância evitaria a existência de inúmeras ações versando sobre a mesma matéria de fato, de tal maneira que se teria maior celeridade posteriormente.

Com a aplicação do incidente, no entendimento de Alvim, “solucionam-se, a um só tempo, as questões pertinentes ao afogamento do Poder Judiciário e à uniformização das decisões judiciais”³⁶.

No que atine à aplicação da tese jurídica aos feitos que tramitem perante os Juizados Especiais, há quem diga tratar-se de norma materialmente inconstitucional:

Embora a parte final de referido dispositivo mencione, também, a aplicação do precedente no âmbito dos Juizados Especiais, entende-se que esta previsão é inconstitucional, tendo em vista a autonomia prevista no art. 98, inciso I, da CF.

36 ALVIM, Arruda. Notas sobre o projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de processo*, São Paulo: RT, v. 191, p. 311, jan. 2011.

Afinal, os Juizados Especiais não estão subordinados, jurisdicionalmente, aos Tribunais de Justiça ou Regionais Federais.³⁷

Importa destacar que o acórdão deverá, em sua fundamentação, conter a análise de todos os fundamentos (contrários e favoráveis) suscitados pelas partes e interessados (§ 2º do artigo 984 do novo Código de Processo Civil).

Com relação aos efeitos da decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas, assim se manifestou Montenegro Filho³⁸:

Além disso, a utilização do incidente permitirá a pacificação da jurisprudência na mesma base territorial do órgão encarregado do julgamento do incidente. Em termos práticos, os conflitos são solucionados através da análise e do julgamento de um caso piloto, cuja solução propaga, para atingir todas as demais ações que versem sobre a mesma matéria.

2.8. Da revisão da tese

A tese fixada no bojo do incidente pode ser revisada pelo tribunal de ofício ou a pedido dos legitimados do inciso III, do artigo 977 (Ministério Público e Defensoria Pública).

Ressalta-se, nesse ponto, que a redação final do código (artigo 986) acabou por excluir a possibilidade de as partes solicitarem a revisão da tese firmada pelo tribunal, reservando tal faculdade apenas para o Ministério Público e para a Defensoria Pública. Nesse ponto, acredita-se que seria necessária uma alteração legislativa que permitisse que todos os legitimados para a propositura do incidente pudessem solicitar sua revisão, até mesmo porque quem pode o mais pode o menos.

No mesmo sentido, o entendimento de Bueno, que também avalia ser possível a revisão da tese firmada pelo tribunal em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas pelas partes. Contudo, lastreia tal entendimento na inconstitucionalidade formal da norma que foi responsável por essa restrição.

O texto dos arts. 976 a 987 não encontra correspondência exata em nenhum dos dois Projetos, nem no do Senado, nem no da Câmara. A redação de cada um daqueles dispositivos, com efeito, foi bastante alterada na derradeira etapa do processo legislativo. Nisto não decorre, contudo, automática violação ao art. 65, parágrafo único, da CF na medida em que seja possível encontrar as regras correspondentes nos trabalhos legislativos. [...] Há exceções,

37 OLIVEIRA, 2015, p. 113.

38 MONTENEGRO FILHO, 2011, p. 404.

contudo. [...] Outra decorre do desdobramento do inciso II do art. 977 no âmbito da revisão a que o texto do novo CPC passou antes de ser enviado à sanção presidencial. O novo inciso III que acabou surgindo no art. 977 gerou a restrição dos legitimados para a revisão da tese firmada no incidente, como se pode verificar no art. 986.³⁹

Com relação ao procedimento da revisão, dada a ausência de qualquer previsão do código, entende-se que se deva aplicar o mesmo procedimento de revisão das súmulas vinculantes. Nesse diapasão, o entendimento de Marinoni, Arenhart e Miti-diero: “A revisão de tese fixada em IRDR pode dar-se de ofício ou a requerimento dos legitimados para o incidente, nos mesmos termos em que se pode revisar precedente obrigatório (art. 927, §§ 2º a 4º, CPC)”⁴⁰.

2.9. Dos recursos cabíveis

Das decisões proferidas pelo relator durante o processamento do incidente pode-se interpor agravo interno – nos termos do artigo 1021 do novo Código de Processo Civil (como, por exemplo, em face da decisão que rejeita a intervenção de qualquer interessado) – ou embargos de declaração – nos termos do artigo 1022 do novo Código de Processo Civil.

Já o acórdão que decide o incidente desafia recurso especial e extraordinário (artigo 987 do novo Código de Processo Civil e artigo 995, § 4º, do projeto de Código de Processo Civil), que serão recebidos nos efeitos suspensivo e devolutivo, ficando presumida a repercussão geral (§ 1º do artigo 987 do novo Código de Processo Civil e artigo 998 do projeto de Código de Processo Civil).

No mesmo diapasão, o entendimento de Bueno⁴¹ ao tratar de decisão relativa à admissão ou inadmissão do incidente:

Se for preferida decisão monocrática em um ou em outro sentido, a despeito da expressa indicação legal no sentido acima evidenciado, é irrecusável a pertinência do agravo interno para o colegiado competente, sempre de acordo com o Regimento Interno de cada Tribunal (art. 1021). O *error in procedendo*, na hipótese, cabe frisar, será evidente a justificar não só o cabimento (já que se trata de decisão monocrática), mas também o provimento do recurso (já que viola, as escancaras o art. 981). Da decisão colegiada, a hipótese poderá, ao menos em tese, ensejar o seu desafio por recurso especial (por violação ao art. 976) e, mesmo provavelmente, recurso extraordinário (por violação a algum

39 Bueno, 2015, p. 612-613.

40 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015b, p. 919.

41 Ibidem, p. 621.

princípio constitucional, quicá o da isonomia, o da eficiência processual ou, ainda, o da razoável duração do processo). A pertinência dos recursos especial e extraordinário, contudo, pressupõe que o incidente (e, no particular, sua admissibilidade) seja considerado *causa* para os fins do inciso III dos arts. 105 e 102 da CF, respectivamente. (grifo do autor).

Regramento do novo Código de Processo Civil:

Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

§ 1º O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

§ 2º Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.⁴²

Norma constante no projeto:

Art. 995. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.

[...]

§ 4º Da decisão que julgar o incidente caberá, conforme o caso, recurso especial ou recurso extraordinário.

Art. 998. O recurso especial ou o recurso extraordinário, que impugna a decisão proferida no incidente, tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.⁴³

O projeto previa que não seria necessário nem mesmo realizar o juízo de admissibilidade de referidos recursos na origem⁴⁴.

Todavia, norma semelhante não consta no novo Código de Processo Civil.

42 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

43 BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

44 “Art. 999. Na hipótese prevista no art. 998, interposto o recurso, os autos serão remetidos ao tribunal competente, independentemente da realização de juízo de admissibilidade na origem.” BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

Nesse ponto, impõe-se destacar que mesmo o *amicus curiae* tem legitimidade para recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas: “Art. 138 § 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas”⁴⁵. Havia essa mesma norma no projeto.

Ressalte-se que a possibilidade de recurso por parte do *amicus curiae* pode representar uma maior demora no julgamento do incidente, não sendo aconselhável sob o prisma da celeridade processual, como já dito anteriormente.

No caso de desrespeito à decisão do incidente, a parte prejudicada poderá valer-se de reclamação a ser dirigida ao tribunal que proferiu a decisão (§ 1º do artigo 984 do novo Código de Processo Civil e artigo 1.000 do projeto de Código de Processo Civil).

Ademais, é preciso notar que no incidente de resolução de demandas repetitivas não há a exigência de custas processuais, conforme norma insculpida no § 5º do artigo 976 do novo Código de Processo Civil.

3. Conclusão

Em poucas linhas, esse é o procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto de Código de Processo Civil, com o qual se pretende conferir maior celeridade ao Poder Judiciário nacional.

Contudo, em que pese toda a argumentação em favor do incidente, vale destacar a visão de Marinoni e Mitidiero⁴⁶, que acreditam ser improvável o sucesso do instituto:

É bem intencionada sua previsão, na medida em que visa a promover a segurança jurídica, a confiança legítima, a igualdade e a coerência da ordem jurídica mediante julgamento em bloco e fixação de tese a ser observada por todos os órgãos do Poder Judiciário na análise da questão apreciada. É improvável, contudo, que consiga atenuar a carga de trabalho da jurisdição. A simplificação do procedimento para julgamento das demandas repetitivas não implica desaparecimento das causas das estatísticas do Judiciário, nem tem o condão de evitar, em regra, o ajuizamento de demandas para obtenção da tutela do direito pelos interessados. Para promover esses objetivos em especial, talvez fosse o caso de insistir no aperfeiçoamento do nosso sistema de tutela coletiva dos direitos – na linha das *class actions* estadunidenses, cujos resultados nessa direção contam com o sólido testemunho da história a seu favor.

45 BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.

46 MARINONI; MITIDIERO, 2010, p. 178.

Discorda-se desse posicionamento tendo em vista que o incidente também representa uma maneira de fortalecer o sistema de tutela coletiva, uma vez que visa ao julgamento de processos em massa, circunstância que efetivamente pode trazer um alento ao já assoberbado Poder Judiciário.

Nesse sentido, o entendimento de Cunha⁴⁷: “Para examinar e solucionar essas situações repetitivas, as regras processuais previstas no Código de Processo Civil revelam-se inadequadas, sendo necessário adotar os mecanismos de tutela de direitos coletivos”.

No mesmo diapasão, o ensinamento de Alvim⁴⁸, que entende que a norma que trata do incidente no projeto de Código de Processo Civil “[...] parece-nos promissora, e deverá aliviar a carga de ações repetitivas nos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais”.

Referências bibliográficas

ALVIM, Arruda. Notas sobre o projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de processo*, São Paulo: RT, v. 191, jan. 2011.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. Parte Geral. 11. ed. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BARBOSA, Andrea Carla; CANTOÁRIO, Diego Martinez Fervenza. O Incidente de resolução de demandas repetitivas no projeto de Novo Código de Processo Civil: apontamentos iniciais. In: FUX, Luiz (Coord.). *O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. *Teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79579-justica-em-numeros-permite-gestao-estrategica-da-justica-ha-10-anos>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.

_____. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. DOU

47 CUNHA, 2011, p. 256.

48 ALVIM, 2011, p. 310.

- 09/11/1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 27 maio 2015.
- _____. Lei nº 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 20 maio 2015.
- _____. Anteprojeto de Código de Processo Civil - Projeto de Lei nº 166/2010, Novo Código de Processo Civil. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- _____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. (revogado). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- _____. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Emendas ao Projeto de Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas;jsessionid=BE71B035610159801AFB9304EB3E1D23.node2?idProposicao=490267&subst=0>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 8.046/2010, Novo Código de Processo Civil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- _____. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum: ordinário e sumário*. v. 2, t. 1. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. *Projetos de novo Código de Processo Civil: comparados e anotados*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. 19. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto de novo código de processo civil. *Revista de processo*, São Paulo: RT, v. 193, p. 255, mar. 2011.
- DANTAS, Bruno. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015. p. 2.178-2.198.
- DESTEFENNI, Marcos. *Curso de processo civil: processo de conhecimento e cumprimento de sentença*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 9. ed. v. 1. Salvador: Juspodivm, 2008.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de direito processual civil*. 2. ed. v. 1. Salvador: Juspodivm, 2008.
- DINAMARCO, Candido Rangel. *A reforma do Código de Processo Civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

- DONIZETTI, Elpidio. *Curso didático de direito processual civil*. São Paulo: Atlas, 2010.
- ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. 6. ed. São Paulo: Positivo, 2004.
- FUX, Luiz (Coord.). *Novo CPC comparado*. São Paulo: Método, 2015.
- GOMES, José Renato Rocco Roland. *Amicus Curiae e o projeto de novo Código de Processo Civil*. *Boletim do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, v. 37, p. 41-52, 2013.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de direito processual civil*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 15. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Teoria geral do processo*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- LOBO, Arthur Mendes. Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de processo*, São Paulo: RT, v. 185, p. 244, jul. 2010.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação popular*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARINELLI, Célia Regina Gonçalves. *O acesso à justiça e a efetividade como pressupostos da ordem jurídica: a dimensão social do processo*. 2003. Monografia apresentada e aprovada como requisito para a obtenção do título de especialista em Direito Processual Civil – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil: teoria geral do processo*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. v. 2. São Paulo: RT, 2015a.
- _____; _____. *Novo Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: RT, 2015b.
- MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O projeto do CPC*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MONFARDINI, Luciano Pasoti. *Efetividade do processo civil moderno*. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. *Projeto de novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Atlas, 2011.

- NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015.
- OLIVEIRA, Guilherme J. Braz de. Técnicas de uniformização da jurisprudência e o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista do Advogado*, São Paulo: AASP, ano XXXV, n. 126, maio 2015.
- PINTO, Rodrigo Strobel. *Amicus Curiae* no Projeto de Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 220, jun. 2013.
- REMÉDIO, José Antonio. *Mandado de Segurança*: individual e coletivo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 753-754.
- ROCHA, Cesar Asfor. *A luta pela efetividade da jurisdição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 21. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1999.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 45-50.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. *Interesses difusos e coletivos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 47. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso avançado de processo civil*. 9. ed. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*: artigo por artigo. São Paulo: RT, 2015.
- ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo*: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva dos direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.